



DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS

**Commission on Sustainable Development
acting as the preparatory committee for the
World Summit on Sustainable Development
Third preparatory session
25 March – 5 April 2002**

ENCONTRO DE MINISTROS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE DAS AMÉRICAS

Background Paper No. 5

**SUBMITTED BY
ENVIRONMENT CANADA**

DESA/DSD/PC3/BP5



**ENCONTRO DE MINISTROS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE DAS AMÉRICAS
4 A 5 DE MARÇO DE 2002
Ottawa, Canadá**

Comunicado Ministerial

1. Nós, Ministros da Saúde e do Meio Ambiente das Américas, agindo de acordo com o compromisso assumido por ocasião da Cúpula das Américas realizada em abril de 2001, na cidade de Quebec, reconhecemos os diversos níveis e padrões de desenvolvimento de nossos países, sua diversidade cultural e a diversidade dos ecossistemas no âmbito do hemisfério. Estamos cientes da relação entre o meio ambiente e fatores socioeconômicos, tais como a pobreza, as condições precárias de habitação, os padrões insustentáveis de produção e consumo, a desigualdade na distribuição da riqueza e o encargo da dívida, bem como seus impactos sobre a saúde. Observamos especialmente o impacto extremamente negativo do terrorismo na condição humana, na saúde e no ambiente e rejeitamos o terrorismo em todas as suas formas. Conquanto tenha havido progresso na maneira de lidar com as questões de saúde e do meio ambiente na região, desafios econômicos, sociais e outros, tais como a falta de infraestrutura e planejamento urbano e rural adequados, contribuem para a persistência de doenças como a diarreia e as moléstias respiratórias. Além disso, doenças crônicas e agudas podem ocorrer devido à exposição inapropriada a produtos químicos e outros aspectos negativos do desenvolvimento. A carga da deterioração das condições ambientais e seu peso sobre a saúde afeta a geração atual e pode ter um impacto crescente sobre as gerações futuras. Em particular, estes afetam os grupos mais vulneráveis tais como crianças, idosos, mulheres, bem como os grupos mais desprotegidos, tais como as populações indígenas, populações rurais e os muito pobres. Expressamos nossa profunda preocupação a respeito desta situação e reconhecemos a necessidade de focalizar nossos esforços em nível local e regional baseados em objetivos comuns, que proporcionem as mesmas oportunidades de desenvolvimento sustentável na região, melhoria da saúde e do padrão de vida de todas as nossas populações.
2. Agradecemos ao Governo do Canadá, ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-RONA, PNUMA-ROLAC) e à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pela participação ativa e competência técnica na preparação e organização deste encontro.

Estabelecer rumos futuros para os setores da saúde e do meio ambiente nas Américas

3. Reafirmamos os compromissos assumidos na Conferência Pan-Americana sobre Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável, realizada em 1995, em Washington D.C., e que resultou na Carta Pan-Americana sobre Saúde e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Humano Sustentável e no Plano de Ação Regional. A fim de cumprirmos plenamente estes compromissos, devemos levar em conta a necessidade urgente de fortalecer planos de ação tendo em mente o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, conforme o Princípio 7 da Declaração do Rio em 1992 sobre Ambiente e Desenvolvimento. Os países deveriam tentar continuar a mobilização de recursos para sua implementação e acompanhamento.

4. Reconhecemos que as ações começam em nossos países onde nos comprometemos a trabalhar em cooperação com todos os níveis do governo, do setor privado e da sociedade civil, encorajando a participação comunitária. Cada país tem a responsabilidade primordial de tomar decisões e de investir na saúde e na melhoria da qualidade do meio ambiente, reconhecendo a interdependência dos ecossistemas na região. Estes investimentos constituem uma pré-condição crítica para reduzir a desigualdade e aliviar a pobreza levando, em última instância, ao melhoramento da qualidade de vida e à justiça social no contexto do desenvolvimento sustentável para todos os povos das Américas.
5. Reconhecemos a necessidade de fortalecer e consolidar ainda mais as parcerias entre os ministérios responsáveis pela saúde e ambiente. Além do mais, estabelecer vínculos entre os setores da saúde e do ambiente e outros setores do governo é vital ao processo para assegurar que a saúde e o bem-estar sejam cada vez mais reconhecidos e sistematicamente refletidos em políticas e programas nacionais. Comprometemo-nos a aprimorar as comunicações e a colaboração, bem como a empreender iniciativas compartilhadas no nível doméstico, nas áreas da saúde humana e do ambiente, com base em planos de ação e estratégias já implementadas ou a serem acordadas. Estes esforços poderão contribuir para o nosso objetivo comum de fomentar o desenvolvimento sustentável na região.
6. Reconhecemos o progresso significativo no âmbito da melhoria da saúde humana e do ambiente na região, ocorrida desde o endosso da Carta Pan-Americana e do Plano de Ação Regional. Com uma melhor compreensão das oportunidades e desafios, salientamos o valor, a importância e a necessidade de os setores da saúde e do ambiente trabalharem de maneira mais coesa na definição dos problemas, na identificação de soluções e na implementação de iniciativas conjuntas envolvendo os setores público e privado bem como a sociedade civil. Neste sentido, exortamos a OEA, OPAS, PNUMA e BID e outras organizações relevantes a continuarem adotando, respectivamente, em seus programas de trabalho medidas para formalizar a integração entre as questões relacionadas à saúde e ao ambiente, e para fortalecer a cooperação intersetorial de modo a torná-la parte de seu *modus operandi*.
7. Estamos de acordo sobre a necessidade de considerar um processo de acompanhamento que auxiliará cada país a avançar no nosso trabalho de prevenção e mitigação de ameaças ambientais à saúde humana, em nível regional e nacional. Concordamos em nos reunirmos regularmente, previamente à Cúpula das Américas para definir orientações e avaliar progressos. Quanto a isso, concordamos estabelecer uma força tarefa composta de países das Américas para elaborar propostas sobre um processo de acompanhamento que não duplique o trabalho existente executado, por organizações nacionais e regionais. Concordamos também que essa força tarefa aproveite os fóros existentes – tais como os Conselhos Ministeriais OPAS, Escritórios Regionais da PNUMA, bem como outras organizações internacionais, regionais e subregionais relevantes – para manter a dinâmica na realização de nossos objetivos. Além do mais, registramos o papel crítico da OAS e do BDI nesta questão vital e exortamos seu engajamento contínuo neste respeito, bem como seu suporte às estratégias e programas dos países membro, relacionados ao desenvolvimento sustentável no hemisfério.

Questões que constituem preocupações e objetivos comuns

8. Embora reconheçamos que existem diferenças entre nossos países, percebemos também que temos muitas preocupações em comum quanto às ameaças ambientais à saúde humana e reconhecemos que tais questões podem ser tratadas de modo mais eficaz

quando definimos objetivos comuns e atuamos em conformidade com estes mesmos. No espírito de proteção de nossos ecossistemas como provedores de serviços para o desenvolvimento concordamos que as seguintes áreas prioritárias requerem ações coordenadas em toda a região:

- a) Gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo contaminação da água e saneamento básico;
- b) Qualidade do ar;
- c) Implicação da incidência de desastres naturais e daqueles criados pelo homem sobre a saúde;
- d) gerenciamento adequado de substâncias químicas;
- e) Impactos potenciais à saúde em função da variabilidade e da mudança climática, em particular com respeito aos pequenos estados insulares em desenvolvimento;
- f) Saúde dos trabalhadores, inclusive o impacto detrimental do AIDS e HIV na produtividade;
- g) Segurança alimentar; e
- h) Ética do desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva da saúde e do ambiente;

9. Como objetivos iniciais, aceitamos considerar trabalhar no sentido de:

- a) avançar rumo aos Objetivos Visão 21, 2015 e 2025, do Conselho Colaborador para o Fornecimento de Água e Saneamento visando a universalização da cobertura e higiene, adotando as Metas da Cúpula do Milênio relacionadas à água e desenvolver e utilizar tecnologias adequadas em relação à água e ao saneamento;
- b) prevenir e reduzir a poluição da água em áreas urbanas, industriais e agrícolas, por meio da gestão integrada dos recursos hídricos e por meio de esforços para cumprir os compromissos assumidos durante a Declaração de Montreal de 2001 sobre o Programa de Ação Mundial para Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Baseadas em Terra (GPA);
- c) empreender uma avaliação econômica e técnica dos sistemas de esgotos e tratamento de água na região, inclusive uma análise comparativa das melhores práticas, a um custo razoável, na aplicação de ferramentas (econômicas, regulamentares e de políticas) e avaliação de benefícios para a saúde de modo a promover o acesso total a serviços e a internalizar gradualmente os custos de maneira justa e equitativa;
- d) examinar e utilizar as melhores práticas para a melhoria da gestão de resíduos sólidos (incluindo resíduos hospitalares);
- e) cumprir nosso compromisso de eliminar gradualmente o chumbo da gasolina e avançar nesse sentido através do desenvolvimento de estratégias nacionais para a gradual eliminação do chumbo de outras fontes;

- f) desenvolver planos nacionais de ação para reduzir as emissões de gases provenientes dos meios de transportes no ar, incluindo ações que diminuam a quantidade de enxofre na gasolina e no diesel;
- g) desenvolver estratégias para melhorar a qualidade do ar em locais fechados, locais de trabalho e prédios públicos;
- h) colocar em vigor as cláusulas da Convenção de Estocolmo, com ênfase no desenvolvimento de inventários de POPs e especialmente na redução da dependência e na busca de alternativas ao DDT;
- i) explorar a criação de registros de liberação e transferências de poluentes como ferramenta para controlar a exposição a resíduos químicos;
- j) desenvolver planos de contingência para prevenção, preparação e resposta a emergências de modo a reduzir a vulnerabilidade das populações;
- k) empreender iniciativas de pesquisa científica para melhorar nossa compreensão sobre os efeitos que a variação climática exerce sobre a saúde e o ambiente, incluindo doenças transmitidas por vetores e sua relação com a mudança climática; e
- l) intensificar os esforços entre a o PNUMA, PNUD, OPAS e CEALC na construção de uma proposta regional sobre a ética do desenvolvimento sustentável a ser levada para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Aumento e compartilhamento das nossas capacidades para responder às ameaças à saúde humana e ao meio ambiente

10. Reconhecemos que o conhecimento científico e o conhecimento tradicional relevante constituem uma base de ação eficaz para tratamento das ameaças à saúde humana e ao ambiente. Nosso compromisso com a ampliação e a melhoria de nossa compreensão sobre os elos de ligação entre a saúde e o ambiente, além da melhoria, da disponibilidade, do entendimento e do uso das informações em nível regional, nacional e da comunidade, incluindo o conhecimento tradicional e local relevantes, constituem uma prioridade de nossa agenda. Para avançar no desenvolvimento desta capacidade na região:
- a) Concordamos em melhorar nossa vigilância e monitoramento da saúde das populações e dos ecossistemas.
 - b) Concordamos em apoiar o desenvolvimento, por meio da capacitação, para a avaliação integrada da saúde e do ambiente na região, baseada no conhecimento existente, reconhecendo que a capacidade de empreender avaliações científicas é fundamental para a tomada de decisões para a obtenção de consensos para ação regional e nacional.
 - c) Concordamos em avançar o desenvolvimento, harmonização e uso de indicadores, na medida apropriada, para informar as entidades decisórias do gerenciamento da saúde e do ambiente e das políticas públicas nacionais, tanto em nível local como hemisférico, sobre a situação atual e sobre o progresso alcançado. Como primeira

etapa, trabalharíamos juntos para desenvolver uma série de indicadores sobre a saúde da criança, do ambiente e da qualidade da água.

- d) Concordamos avançar o intercâmbio e na difusão de conhecimentos por meio de todos os possíveis mecanismos, inclusive conferências e outros fóros.
- e) Concordamos em examinar as capacidades de nossas atuais instituições pan-nacionais visando determinar suas capacidades para auxiliar outras nações e examinar as capacidades de cada nação para acessar, absorver e utilizar os conhecimento dirigidos ao tratamento dos problemas comuns e daqueles problemas exclusivos de cada país bem como os de toda a região.
- f) Concordamos investigar e recomendar maneiras para melhorar o compartilhamento de informações para ação e o intercâmbio de melhores práticas, com enfoque na tecnologia da informação e comunicação.
- g) Concordamos cooperar no treinamento e desenvolvimento de programas em toda a região, pois os recursos humanos disponíveis e treinados são o foco da pesquisa, análise e disseminação das atividades requeridas.
- h) Concordamos que um dos mecanismos mais eficazes para promover os objetivos de melhoria tanto da saúde como do ambiente é dispor de uma população que entenda os vínculos e as ações necessárias. Portanto, aceitamos facilitar e apoiar programas públicos de educação e conscientização, especialmente para incentivar o respeito e o cumprimento de leis e regulamentos .

Mensagens para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

- 11. Renovamos nosso engajamento em cumprir os compromissos resultantes do CNUMAD, a Declaração do Rio e da Agenda 21, especialmente aqueles contidos no Capítulo 6 *Protegendo e Promovendo as Condições de Saúde Humana*.
- 12. Salientamos a necessidade de estabelecer um diálogo que resulte na criação de uma ética aplicável ao desenvolvimento sustentável.
- 13. Como ministros da Saúde e do Meio Ambiente, reconhecemos as relações inerentes entre a pobreza, a qualidade ambiental e a saúde humana. Reconhecemos o importante processo preparatório em andamento em antecipação à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em agosto e setembro de 2002 em Johannesburgo, África do Sul. Salientamos a importância de investimentos na saúde como componente chave para garantir o desenvolvimento sustentável domesticamente, em nosso hemisfério, e mundialmente
- 14. Reconhecemos a gestão integrada dos recursos hídricos como sendo uma questão de importância especial no relacionamento entre a saúde e o ambiente e ressaltamos a importância do estabelecimento de mecanismos econômicos e financeiros para melhorar nossa habilidade em garantir a quantidade, disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.

15. Exortamos:
- a) Os líderes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável a reconhecer explicitamente a necessidade de tornar a integração das ações e dos enfoques relacionados à saúde humana e ao ambiente um foco para o desenvolvimento, estabelecendo vínculos mais fortes entre os ministros responsáveis pela saúde e meio ambiente nacionais, e outros ministérios. Isto pode ser realizado por meio da melhoria das comunicações, maior colaboração e desenvolvimento de agendas comuns.
 - b) Mais especificamente, exortamos os líderes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável considerar alta prioridade a proteção das populações vulneráveis, especialmente as crianças, pois elas representam nosso futuro.
 - c) As organizações de cooperação técnica e financeira a mobilizar sua competência e recursos para apoiar o desenvolvimento e implementação de programas e políticas visando as populações vulneráveis
16. Estamos ansiosos para compartilhar os resultados das nossas iniciativas. Incentivamos os líderes da CMDS a fazer da capacitação, da troca de informações e das melhores práticas e melhoria da governança nacional e internacional uma prioridade. Reafirmamos e apoiamos os seguintes princípios e compromissos tomados no Rio de Janeiro em 23-24 de outubro de 2001, sobre a Plataforma de Ação para ser levada a Joanesburgo.*

Mensagens finais

17. Destacamos o importante papel da sociedade civil e de outras partes interessadas em estruturar ações nacionais e regionais visando atenuar e prevenir os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Nos comprometemos em garantir que a sociedade civil e outras partes interessadas estejam adequadamente implicadas no desenvolvimento e implementação das estratégias nacionais.
18. Reconhecemos a importância dos esforços internacionais para mobilizar e melhor administrar os recursos financeiros afim de fomentar o desenvolvimento sustentável. Incentivamos os líderes que participarão da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (CIFD) das Nações Unidas, a ser realizada de 18 a 22 de março de 2002 em Monterrey, México, a chegarem a um acordo sobre uma estratégia de avanço no financiamento do desenvolvimento que seja sustentável e consistente com os objetivos relevantes de saúde e meio ambiente da Agenda 21 e salientar o financiamento para a gestão integrada dos recursos hídricos.
19. Esta reunião de Ministros da Saúde e Meio Ambiente das Américas deu-nos a oportunidade de estabelecer uma agenda hemisférica que reflete nossas preocupações comuns. Estamos preparados para colocar em andamento as ações dessa agenda que nos permitirão, dentro de uma estrutura de ação de integração regional estratégica, contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossos povos a caminho do desenvolvimento sustentável de toda a região.

* Os Estados Unidos não participaram na negociação da Plataforma de Ação do Rio de Janeiro em direção a Johannesburgo. Como não participantes na Plataforma do Rio de Janeiro, os Estados Unidos não podem reafirmar todos os princípios e compromissos nela contidos.

- * - * - * -